DECRETO Nº 1156 DE 27 de DEZEMBRO DE 2010

Regulamenta a Lei Municipal nº 637, de 09 de Novembro de 2010, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico do Município de São João do Polêsine, nos termos que especifica.

Denise Predebon Milanesi, Prefeita Municipal de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 637, de 09 de Novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º O Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico do Município de São João do Polêsine, instituído nos termos da Lei Municipal nº 637, de 09 de Novembro de 2010, com o objetivo de promover a criação, instalação e execução, em seu território, de empreendimentos que compreendam investimentos relacionados ao mercado de Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), fica regulamentado na conformidade das disposições deste decreto.

Parágrafo Único – O Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico do Município de São João do Polêsine vigorará até 09 de Novembro de 2030, com a observância dos prazos, alíquotas, percentuais e de todos os termos de concessão dos incentivos pelo Programa contemplados, mormente os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento expedidos em razão do programa ora criado.

Art. 2º Considera-se empresa, para os fins do Programa, toda e qualquer pessoa jurídica, sociedade civil, empresária ou grupo econômico de direito ou de fato que, habilitado no Programa, realize e comprove, na forma do regulamento, investimentos com a criação, instalação e execução de empreendimentos aptos ao desenvolvimento, no Município, do setor de Tecnologia da Informação (TI) e/ou Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), inclusive atividades acessórias e de apoio.

§ 1º Considera-se habilitada, nos termos do *caput* deste artigo, a empresa cujo projeto de habilitação neste programa seja apreciado e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento – COMUDE, do Município de São João do Polêsine.

§ 2º Considerar-se-ão excluídas do programa as empresas que, por motivos de alteração societária deixarem de integrar o grupo econômico em nome do qual tiver

seu projeto, ressalvado o direito ao aproveitamento dos certificados eventualmente emitidos exclusivamente em seu nome, possibilitando-se, ainda, a apresentação de novo projeto em nome próprio ou de eventual novo grupo econômico do qual faça parte.

§ 3º As empresas que passarem a integrar o grupo econômico posteriormente à aprovação do projeto por este apresentado, sob qualquer modalidade societária, poderão ser beneficiadas pelos incentivos do programa, desde que apresentem projeto de instalação para aprovação do Conselho.

Art. 3º O COMUDE terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do protocolo do projeto de habilitação pela empresa, para analisar, solicitar os esclarecimentos e alterações que julgar pertinentes e aprovar ou rejeitar o projeto.

§ 1º A empresa terá 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para apresentar os esclarecimentos ou alterações solicitadas pelo COMUDE.

§ 2º Apresentados os esclarecimentos ou alterações o COMUDE terá 15 (quinze) dias para decidir o pedido de habilitação no Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico do Município de São João do Polêsine.

Art. 4º Para efeitos deste Decreto considera-se investimento toda e qualquer despesa, custo, dispêndio, gasto, numerário, valor e/ou dívida comprovadamente destinado à criação, implantação, operação, expansão e/ou modernização da empresa habilitada que desenvolver as atividades previstas no *caput* do art. 1º, compreendendo:

I – elaboração do projeto;

II – aquisição de terrenos e imóveis;

III – execução de obras (materiais e mão de obra);

IV – melhoramentos em instalações incorporáveis ou inerentes aos imóveis;

V – aquisição, instalação, licenciamento de uso, pagamento de *royalties* e assistência técnica, de equipamentos e demais recursos necessários à criação, implantação, operação, expansão e/ou modernização do empreendimento, conforme o projeto aprovado.

VI – contratação de serviços e/ou pagamento de *royalties* necessários à criação, implantação, operação, expansão, divulgação e/ou modernização do empreendimento, conforme o projeto aprovado.

VII – remuneração de pessoal e fornecedores necessários à criação, implantação, operação, expansão, divulgação e/ou modernização do empreendimento.

VIII – treinamento, capacitação e formação, profissional ou acadêmica, de pessoal e fornecedores necessários à criação, implantação, operação, expansão, divulgação e/ou modernização do empreendimento.

§ 1º O investimento realizado pela empresa habilitada nos termos do *caput* deste art. 4º e em conformidade com o projeto de habilitação aprovado pelo COMUDE admitirão um incremento efetivo correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do valor total constante no projeto aprovado, quando da efetiva criação, implantação, operação, expansão, divulgação e/ou modernização do empreendimento.

§ 2º – Nos termos do §3º do art. 4º, os incrementos de até 35% (trinta e cinco por cento) do valor total do projeto aprovado serão automaticamente aceitos, sem necessidade de qualquer aprovação pelo COMUDE, bastando tão somente a devida comprovação da destinação de tais valores para o projeto aprovado.

§ 3º – Excedidos os limites previstos no parágrafo anterior a empresa habilitada terá direito a expedição de certificados até o limite do investimento comprovadamente realizado, incluída a margem de 35% (trinta e cinco por cento) *supra* referida.

§ 4º – Ficará a critério do COMUDE o deferimento da expedição de certificados sobre os valores despendidos acima da margem de 35% (trinta e cinco) *supra* referida, mediante apreciação do Termo de Justificação e Aditamento a ser necessariamente apresentado pela empresa habilitada e julgado pelo Conselho do Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do protocolo do referido termo.

§ 5º – No Termo de Justificação e Aditamento ao Projeto deverá constar a justificação do incremento que supere os 35% (trinta e cinco por cento), bem como orçamento total do projeto e cronograma de emissão dos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, ambos atualizados de acordo com o incremento proposto.

§ 6º – Toda e qualquer outra alteração no projeto originalmente aprovado deverá ser realizada pela empresa habilitada através de Termo de Aditamento ao Projeto, o qual deverá ser julgado pelo COMUDE, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 7º – A realização do investimento abaixo do previsto no projeto aprovado pelo COMUDE limitará a expedição dos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento a tão somente os valores devidamente comprovados pela empresa habilitada, sem que isto acarrete penalidade a qualquer das partes.

Art. 5º A empresa e/ou filial habilitada, deverá até o último dia de julho de cada exercício fiscal prestar contas dos valores efetivamente despendidos no projeto aprovado, na qual deverá arrolar o investimento realizado no período, juntamente com seus respectivos comprovantes, necessários à expedição dos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento.

§ 1º A comprovação do desembolso de numerário, custos, despesas e/ou dispêndios poderá ser feita mediante a apresentação de notas fiscais, contracheques, cartas liberatórias, comprovantes de pagamento e/ou depósito, balanços, demonstrativos contábeis (balanço, livro diário, livro razão) da empresa e/ou filial habilitada, quando já instalada no Município, ou quaisquer outros meios idôneos.

§ 2º – Na hipótese de expedição de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento ou de pedido de expedição de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento Complementares, nos termos do art. 8º, §§ 3º e 4º, poderá a empresa habilitada, caso necessário, prestar contas do investimento realizado até aquele momento, visando à comprovação necessária a expedição integral de tal certificado.

§ 3º – A prestação de contas deverá ser analisada e aprovada pelo COMUDE dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu protocolo.

§ 4º – A não aprovação da prestação de contas pelo COMUDE deverá ser realizada de forma fundamentada, com a devida indicação dos motivos e oportunizando a correção de eventual falha e/ou o devido contraditório, a ser assegurado através da apresentação pela empresa de Resposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação do indeferimento.

§ 5º – A Resposta da empresa *supra* citada deverá ser julgada pelo PROMUDE dentro do prazo de 7 (sete) dias, contra a qual não caberá recurso administrativo.

Art. 6º Os incentivos contemplados pelo programa e concedidos às empresas habilitadas serão os seguintes:

I – concessão, pelo Poder Público Municipal e em favor da empresa, de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, em valor correspondente à integralidade do investimento realizado e comprovado na instalação e operação de empreendimentos referidos no *caput* do art. 1º deste Decreto.

II – a fixação da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN no percentual de 2% (dois por cento) sobre todos os serviços prestados pela empresa no Município, inclusive atividades acessórias e de apoio;

§ 1º Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento serão emitidos durante o período de duração do Programa, de acordo com projeto submetido pela empresa habilitada e diante da efetiva comprovação do investimento de que trata o art. 4º e incisos deste Decreto, e terão validade de 5 (cinco) anos contados da respectiva emissão de cada certificado, sendo corrigidos anualmente de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado/FGV – IGP-M.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo, em observância ao projeto aprovado da empresa habilitada os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento serão emitidos à proporção de 100% (cem por cento) do investimento de que trata o art. 4º e incisos deste Decreto, desde que efetivamente realizado e idoneamente comprovado.

§ 3º O benefício contemplado pelo inciso II do art. 6º deste Decreto perdurará durante todo o prazo do Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico do Município de São João do Polêsine, previsto no Parágrafo Único do Artigo 1º deste Decreto.

§ 4º Os benefícios decorrentes do Programa poderão ser concedidos e usufruídos pela empresa de forma independente e concomitante a quaisquer outros programas ou legislações, sejam municipal, estadual ou federal.

Art. 7º Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento constituirão créditos de natureza tributária, podendo ser utilizados para o pagamento de débitos fiscais existentes ou eventualmente apurados em favor do Município contra a empresa habilitada, sob as seguintes rubricas:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

II – Imposto pela Transmissão “*inter-vivos*” de Bens Imóveis – ITBI;

III – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

IV – Taxas de Serviço ou Contribuições de Melhoria referentes prestações ou obras públicas de competência do Município;

V – Demais tributos eventualmente devidos pela empresa habilitada.

§ 1º Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento poderão ser utilizados para o pagamento dos tributos previsto no *caput* do presente artigo, considerando-se no caso do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – a alíquota assegurada pelo art. 6º, inciso II e § 3º, deste Decreto, cujo imposto devido pela incidência desta será pago com os referidos créditos.

§ 2º Sem prejuízo do previsto no § 1º *supra*, os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento poderão ser utilizados para pagamento de qualquer tributo até o limite de 80% (oitenta por cento) do valor apurado e devido ao Município.

Art. 8º Os Certificados de Incentivo serão emitidos pela Secretaria da Fazenda do Município em conformidade com o cronograma e com os valores constantes do projeto de habilitação a ser submetido e aprovado pelo Conselho do Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico, o qual uma vez aprovado vinculará o Município pela emissão, nos valores e no prazo, dos referidos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento.

§ 1º Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento serão emitidos em nome da empresa ou do grupo econômico, podendo ser apresentados para pagamento dos créditos apurados em face de qualquer das sociedades a quele pertencentes, de direito ou de fato, sejam estas controladoras, coligadas e/ou controladas, desde que

instaladas no Município nos termos do Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico.

§ 2º A emissão dos Certificados de Incentivos deverá ser realizada no limite máximo do investimento até aquele momento comprovadamente despendido pela empresa habilitada. Na hipótese de comprovação de investimento em valor inferior aquele necessário a emissão dos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento previsto no organograma do projeto aprovado, deverá o certificado ser emitido até o limite do valor comprovado, devendo a diferença de valor em relação à prevista no projeto ser adicionada aos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento imediatamente subsequente.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no *caput* do art. 8º e seus parágrafos, poderão ser emitidos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento Complementares, referente a períodos e/ou valores não previstos no projeto aprovado, desde que mediante compromisso da empresa habilitada de sua utilização no mesmo exercício fiscal.

§ 4º A emissão de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento Complementares em valores superior aqueles previstos no projeto aprovado poderá ser realizada de forma imediata nos termos do presente §4º e do art. 3º e seus parágrafos, ou mediante aprovação do COMUDE, nas hipóteses de aumento no orçamento superior a 35% (trinta e cinco por cento) do valor total do projeto.

§ 5º Em havendo qualquer forma de sucessão da empresa habilitada, todo e qualquer investimento destinado ao projeto aprovado, por aquela efetuada ainda que sob a forma jurídica anterior, e que ainda não tenha sido objeto de emissão de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, poderão ser aproveitadas para tais fins pela sucessora.

Art. 9º Compete ao COMUDE do Município de São João do Polêsine:

I – Formular as diretrizes da política pertinente ao Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico, submetendo-as à ratificação do Prefeito Municipal.

II – Analisar, deliberar e decidir acerca da inclusão, no Programa, de projetos submetidos pelas empresas que pretendam desenvolver, no território do Município, atividades relacionadas àquelas de que trata o *caput* do art. 1º do presente Decreto, inclusive acessórias e de apoio;

III – Acompanhar e avaliar os resultados dos projetos, bem como determinar, semestralmente, expedição dos certificados correspondentes aos investimentos despesas, dispêndios efetiva e idoneamente comprovados pelas empresas;

IV – Analisar, deliberar e decidir acerca dos pedidos de transferência de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, observado o disposto no art. 5º quanto à matéria;

V – Analisar, deliberar e decidir acerca de quaisquer outros pleitos, requerimentos, pedidos de esclarecimentos e reconsideração, bem como quaisquer outros formulados pelos participantes do Programa, representantes do Poder Público, e demais partes legitimamente interessadas.

§ 1º Todas as demandas submetidas ao Conselho cuja análise e julgamento não possuam prazo próprio deverão ser apreciadas e decididas por este dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de seu protocolo.

§ 2º A exclusão de empresa habilitada somente se dará por falha grave e dolosa no desenvolvimento do projeto aprovado, tal como adulteração de documentos ou desvios dolosos de finalidade.

§ 3º - Na hipótese de indícios conclusivos das falhas previstas no §2º deverá o Conselho do Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico, de forma clara e fundamentada, notificar a empresa habilitada a cessar tal prática ou apresentar a devida defesa, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação. Com a resposta da empresa deverá o Conselho do Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico decidir pela exclusão ou não desta, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 10º Os requisitos a serem seguidos pelo Conselho para aprovação do projeto são os seguintes:

I – Cronograma estimado de início e conclusão do projeto de instalação e operação da empresa no Município a ser incentivada, estruturado em fases e em parâmetros coerentes com a natureza da atividade principal a ser desenvolvida, bem como de acordo com a previsão de disponibilidade das atividades acessórias que lhe são essenciais.

II – Orçamento global e detalhado do Projeto, onde poderão estar previstos os investimentos ou linhas de investimentos constantes do Artigo 3º.

III – Geração de empregos diretos e indiretos;

IV – Desenvolvimento da economia municipal.

§ 1º A apreciação dos projetos pelo Conselho do Programa de Desenvolvimento será realizada concomitantemente à análise de documentação idônea a atestar a regularidade fiscal, previdenciária e societária da empresa, observadas as finalidades do Programa.

Art 11º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE,
aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de 2010.

Denise Predebon Milanesi
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.
Em 27.12.2010

DELISETE M. B. VIZZOTTO
Assessor Administrativo